Ano XI - Nº 4.627

Terça-feira, 20 de Outubro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Câmara comemora os 30 anos da Asaprev

Sessão especial, presidida pelo vereador Everaldo Augusto, destacou a importância da Casa do Aposentado

Fotos: Reginaldo Ipê



O vereador Everaldo Augusto (PCdoB) enalteceu as vitórias da Associação dos Pensionistas da Previdência Social da Bahia (Asaprev - Casa do Aposentado) nesses 30 anos na Bahia, mas destacou que este é também o momento de fazer reflexão sobre a situação política e econômica do país. "As saídas encontradas para a crise sempre são jogadas nas costas dos trabalhadores e os mais penalizados são sempre os aposentados", afirmou.

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Câmara encerra nesta terça Encontro Salvador Sustentável

"O Futuro é Colaborativo e Compartilhado" é o tema da palestra com Guilherme Cavalcanti

Foto: Divulgação



A Câmara Municipal de Salvador realiza, nesta terça-feira (20), o último encontro Salvador Sustentável, evento que promove a discussão de assuntos ambientais que afetam a cidade e a qualidade de vida dos soteropolitanos. Com o tema "O Futuro é Colaborativo e Compartilhado", o 6º debate acontece no Centro de Cultura, na Praça Municipal, das 9h às 11h. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por meio do telefone 3320-0150.

O Salvador Sustentável é um projeto do presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB). A cada edição, o encontro conta com um facilitador. Neste último ciclo, o palestrante será o diretor executivo da Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aires), Guilherme Cavalcanti, coordenador do plano Projeto Recife 500 anos.

O presidente Paulo Câmara destaca que as experiências exitosas de outras cidades colaboram para que Salvador possa resolver as questões inerentes à ocupação desordenada e ao planejamento de espaços urbanos. "Estamos trazendo para a ordem do dia esse debate sobre políticas públicas para o meio ambiente. Buscamos trabalhar por uma Salvador sustentável e mais humana para as gerações futuras. É obrigação da Câmara trazer os temas de interesse da cidade, debater e, se necessário, transformar em leis", analisa o presidente.

Sessão especial homenageia Casa do Aposentado

Vereador Everaldo Augusto presidiu atividade que marcou aniversário de 30 anos da associação

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Everaldo Augusto reuniu entidades representativas dos aposentados para homenagear a Asaprev

Os 30 anos da Associação dos Pensionistas da Previdência Social da Bahia (Asaprev - Casa do Aposentado) foram comemorados na Câmara Municipal com uma sessão especial presidida pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB). O evento aconteceu na manhã de sexta-feira (16), no auditório do Centro de Cultura. Neste dia também foram comemorados os aniversários do vereador Everaldo Augusto, do presidente da entidade, Marcos Barroso, e da diretora administrativa da Asaprev, Gisleine Vilas Boas. A canção de parabéns foi tocada pelos alunos da Escola Irmão Macedo, voltada para a formação musical de 90 crianças e adolescentes da rede pública de educação.

Além do repertório do Trio Elétrico de Dodô & Osmar, as crianças aprendem o clássico e popular da música do Brasil e do mundo. No evento, eles interpretaram Brasileirinho, o frevo Pombo Correio e fizeram todos dançar ao som de Chame Gente.

Na sessão especial, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (nº 8/2013), de autoria de Everaldo Augusto, que exige o passe livre nos transportes públicos aos 60 anos, foi tema central. O vereador disse que a homenagem enaltece tantas vitórias da Asaprev nesses 30 anos na Bahia, mas destacou que este é também o momento de fazer reflexão sobre a situação política e econômica do país.

"As saídas encontradas para a crise sempre são jogadas nas costas dos trabalhadores e os mais penalizados são sempre os aposentados. O momento é também de resistência e luta pelo fim do fator previdenciário e pelo direito à desaposentação, ao lazer, saúde, ao transporte gratuito a partir dos 60 anos, e tudo aquilo que, quanto mais velho ficamos, erroneamente, vamos perdendo", destacou o vereador.

"É uma comemoração diária porque a criação de uma entidade que lute pelos direitos dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas era um ideal. A Asaprev mantém a sua linha de conduta para poder se fortalecer na luta dos direitos daqueles que ela representa", disse o presidente Marcos Barroso.

A presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia (Feasapeb), Marise Sansão, reforçou a importância do projeto de Everaldo Augusto para reduzir a idade mínima para a gratuidade do transporte. "Esse projeto é de extrema importância para nós e também está de acordo com a Constituição que estabelece que pessoas são consideradas idosas a partir dos 60 anos, porque então o benefício se dá a partir dos 65?" questionou.

"Todas as entidades devem ser parceiras e lutar de forma conjunta. O aposentado tem peso e deve exercer sua cidadania", afirmou o presidente da Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas da Petrobras (Astape), Gileno Pinho.

A Asaprev foi fundada em 16 de outubro 1985 e funciona no bairro da Mouraria. Em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria Pública e Delegacia do Idoso oferece atendimento jurídico, diariamente, nas áreas previdenciária, familiar, trabalhista e comercial. A instituição possui representação no Conselho Estadual do Idoso, no qual ocupa vice-presidência, no Conselho Municipal do Idoso, no Conselho Municipal de Transporte e no Conselho Estadual da Previdência Social.

A Asaprev fez diversas homenagens a membros e parceiros importantes. Todos receberam certificados. O presidente da associação fez menção especial a Josefa Brito, pioneira na luta pelos direitos dos aposentados e idosos no estado.

Também fizeram parte da mesa do evento, a deputada federal Alice Portugal (PCdoB); o deputado estadual José de Arimatéia (PRB); a defensora pública Laíse de Carvalho; o gerente substituto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Luís Cláudio Santos; o membro do Conselho Municipal do Idoso, Agnaldo Oliveira; o diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro), Astério Costa; e o presidente do Sindicato Nacional do Idoso, Nilson Bahia.



CÂMARA MUNICIPAL

58ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 21 DE OUTUBRO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

55ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES, estando licenciado o vereador LEANDRO GUERRILHA. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 284 e 285/15 do Gabinete do Prefeito; Ofício n. 772/15 da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 255/15 da vereadora Vânia Galvão; Projeto de Lei n. 338/15 do vereador Arnando Lessa; Projetos de Resolução n.s 65 e 66/15 do vereador Geraldo Júnior e 67/15 da vereadora Vânia Galvão; e Projetos de Indicação n.s 445 a 447/15 do vereador Moisés Rocha, 448/15 do vereador Toinho Carolino e 449/15 do vereador Vado Malassombrado. Terminada a leitura do Expediente, o vereador Kiki Bispo retificou informação sobre sua nova filiação partidária, esclarecendo que tinha sido para o PDT e não, para o PTB, partido que elogiou. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal solicitou à Mesa que provocasse a Comissão de Direitos do Cidadão para prestar acompanhamento ao inquérito sobre uma "gangue de mauricinhos" que vem atuando na Cidade e praticou tentativa de homicídio contra um jovem, que se encontra hospitalizado. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito disse que o PTB teria gosto em contar com o vereador Kiki Bispo entre seus quadros. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha conclamou todos a saudar a vereadora Vânia Galvão pelo seu aniversário, ao quê o Senhor presidente associou-se em nome da Mesa. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto respondeu ao vereador Henrique Carballal informando que a questão da gangue seria tratada na próxima reunião da Comissão de Direitos do Cidadão, para a qual convidou esse edil. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago disse não conseguir fazer audiência na Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente sobre o empreendimento La Vue, na Ladeira da Barra, e indagou se alguma outra comissão estaria disposta a isso. Afirmou que faria obstrução em caso de votação. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto saudou a vereadora Vânia Galvão e também o vereador Edvaldo Brito, que aniversariara no último sábado. Disse ao vereador Gilmar Santiago que ele poderia contar, em seu pleito, com a Comissão de Educação, Cultura Esporte e Lazer. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto colocou a Comissão de Direitos do Cidadão também à disposição do vereador Gilmar Santiago. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior pediu ao vereador Henrique Carballal que, como ouvidor da Casa, convocasse o presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) para dar explicações sobre as dificuldades que a Prefeitura vem enfrentando para instalar aparelhos de ar-condicionado em escolas do Subúrbio. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão agradeceu as saudações e parabenizou o vereador Edvaldo Brito. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza também saudou os aniversariantes e sugeriu ao vereador Gilmar Santiago que realizasse a audiência pública através da Frente Parlamentar dedicada ao patrimônio histórico. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal afirmou que os pleitos trazidos nesta Sessão são passíveis de audiência pública pela Ouvidoria e disse ao vereador Gilmar Santiago que bastava apenas acertar a data com a assessoria técnica do órgão. Em seguida, pediu atenção no que tange à Coelba, lembrando que escolas estão sem ter acesso a tecnologias devidos à baixa carga ofertada pela empresa, sobretudo, no Subúrbio. Por fim, disse que a Ouvidoria agendaria audiência pública com a presença de representantes da Coelba, para que dessem explicações sobre a deficiência apresentada. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago agradeceu aos pares que colocaram as Comissões que presidem à disposição da audiência pública por ele requerida, sugerindo que ela fosse realizada de maneira conjunta. No **Pinga-Fogo**, inicialmente ocupou a Tribuna o vereador Antônio Mário, que, em referência à fala do vereador Gilmar Santiago, observou que todos os votos de membros de comissão devem ser respeitados. Em seguida, voltou a solicitar explicações sobre o acontecimento envolvendo um funcionário da Transalvador que o humilhou, informando que um apresentador da Rede Record de televisão também se queixou do tratamento dispensado pelo órgão. Rebateu as críticas de que teria abusado do prestígio de vereador, lembrando que é seu papel, como tal, fiscalizar as obras em realização na Cidade. Por fim, contou ter estado na audiência sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), ressaltando a importância da participação da sociedade. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos de Souza convidou para a audiência pública sobre o Conselho Municipal da Juventude no dia 9 de outubro, às 14h, no Edifício Bahia Center. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago destacou a importância da audiência e defendeu a aprovação do Projeto que cria o referido Conselho. Depois, pelo Pinga-Fogo, voltou a parabenizar os edis que abriram suas Comissões para o debate sobre o empreendimento La Vue e comentou sobre o PDDU. Disse ver uma pressa para que o Projeto chegue à Casa, embora o secretário Sílvio Pinheiro tivesse garantido que ele não seria votado neste ano, argumentando respeito a prazo regimental. Disse, porém, ter observado a possibilidade de votação, criticou que ela viesse a acontecer de maneira açodada, mas avaliou que a Casa não permitiria que isso acontecesse, em virtude da maturidade adquirida com experiências passadas. Contou ter ouvido do presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-Ba), durante um congresso da área da construção realizado na semana anterior, que ele seria contra o Projeto sem a construção de um consenso, para evitar judicialização, e defendeu um grande debate sobre o assunto, em todas as comissões temáticas que com ele dialogam. Por fim, afirmou ser a favor de um PDDU para a Cidade, e não, de um Projeto que vise ao calendário e às eleições. Foram promulgadas as Resoluções n.s 2.456 a 2.060/15. Em comunicação inadiável, o vereador Toinho Carolino parabenizou o PTN, partido ao qual pertence, pelos 70 anos de existência. O vereador Moisés Rocha ressaltou que a importância do PDDU e da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) para diversos bairros independe de questões governamentais. Chamou a atenção para o bairro de São Caetano, onde uma quadra de esportes foi destruída para uma reforma há mais de um ano, desde então permanecendo no mesmo estado. Explicou que a empresa contratada fora desclassificada, até então não se realizando novo procedimento licitatório. Expôs ainda a situação da Ladeira do Cacau, onde também existe uma obra inacabada, após abandono da empresa responsável. Cobrou posicionamento dos demais vereadores, inclusive de diferentes bases. Em aparte, o vereador Kiki Bispo disse estar certo de que o secretário Paulo Fontana agiria em São Caetano e pediu que o apelo do orador se estendesse a problemas que ocorrem em Boa Vista do Lobato em razão de ação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). O vereador Moisés Rocha respondeu que, quando é feita uma crítica legítima ao Governo estadual, ele não procura rebater criticando a Prefeitura, e disse já haver conversado com o secretário Paulo Fontana. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo considerou não ter sido bem compreendido e esclareceu que tentava ser solidário ao vereador Moisés Rocha, inclusive por ser morador de São Caetano. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues pediu ao Senhor presidente Paulo Câmara a inversão de pauta, segundo havia sido acordado entre os edis, o que foi submetido a votação e aprovado pelo Plenário. Passando-se à **Ordem do Dia**, pela ordem, o vereador Carlos Muniz pediu que fossem explicados os Vetos que seriam discutidos, o que foi feito pelo Senhor presidente. Em discussão o Veto parcial ao Projeto de Lei n. 43/09, o vereador Henrique Carballal, autor do Projeto, explicou que já havia discutido com a Procuradoria-Geral do Município e que o dispositivo vetado envolve competência da União, motivo pelo qual ele votaria pela manutenção do Veto. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu esclarecimento sobre o Veto, e o Senhor presidente repetiu a explicação já prestada. Nos encaminhamentos para votação, o vereador Edvaldo Brito seguiu a manutenção do Veto mas registrou protesto pelo uso desse instrumento pelo Executivo, que reputou excessivo, e o vereador Hilton Coelho se absteve, havendo os demais líderes encaminhado o voto pela manutenção. Em votação, o Veto parcial ao Projeto de Lei n. 43/09 foi mantido, contra o voto do vereador Carlos Muniz e abstenção do vereador Hilton Coelho. Em apreciação o Veto parcial ao Projeto de Lei n. 97/15, o vereador Léo Prates explicou que a vereadora Ana Rita Tavares, autora do Projeto, estava em uma audiência, mas que o fato não obstava a apreciação do Veto, em virtude de sua autoria ser do Executivo. Em seguida, encaminhou a votação, em nome da bancada do Governo, pela manutenção do Veto, de igual forma procedendo o líder da Oposição e o vereador Edvaldo Brito. Após votação, o Veto parcial ao Projeto de Lei n. 97/15 foi mantido, contra os votos dos vereadores Carlos Muniz e Hilton Coelho, e abstenção da vereadora Aladilce Souza. Em apreciação o Veto parcial ao Projeto de Lei n. 915/13, o vereador Joceval Rodrigues informou que o vereador Claudio Tinoco, autor do Projeto, estava em reunião com sua equipe técnica, em uma sala ao lado, discutindo o Plano de Parcelamento Incentivado (PPI), tendo o Senhor presidente dito que poderia esperá-lo, já que se encontrava próximo. Enquanto aguardavam a vinda do vereador, os vereadores Edvaldo Brito e Isnard Araújo encaminharam a votação pela manutenção do Veto. O vereador Luiz Carlos Suica, por sua vez, disse precisar de esclarecimentos para o encaminhamento, em razão do quê afirmou que aguardaria a chegada do vereador Claudio Tinoco. Em comunicação inadiável, o vereador Isnard Araújo alertou aos vereadores que mudaram de partido sobre a necessidade de enviar ofício à Presidência informando sobre a mudança. Na Tribuna, o vereador Claudio Tinoco agradeceu a todos, especialmente à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pela aprovação de seu Projeto, que regulamenta a atividade de guia turístico, e avaliou a possibilidade de ter cometido algum excesso na regulamentação, razão pela qual disse considerar justificado o Veto. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha, com relação à mudança de partido por alguns vereadores, solicitou que a Procuradoria da Casa fosse ouvida quanto a haver prevalência da bancada eleita ou a legitimidade das alterações de partido. A vereadora Aladilce Souza observou que vetos voltaram a acontecer e se associou ao vereador Edvaldo Brito. Disse que vetos não são bons e enfraquecem a Casa, e que acredita que a CCJ é cuidadosa na análise das proposições. Lamentou que não tivesse tempo para discutir o porquê desses Vetos e desejou que, nos próximos, fosse aberto debate. Pela ordem, o vereador Léo Prates fez um balanço entre a quantidade de projetos aprovados e a quantidade de vetos, ressaltando o número pequeno destes, comparado ao daqueles. Além disso, destacou que vetos parciais se limitam a dispositivos de uma proposição e considerou normal

haver divergências interpretativas. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo disse ser preciso desmistificar a ideia de veto como algo ruim, lembrando que o instrumento é constitucionalmente previsto. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica disse concordar com a vereadora Aladilce Souza, explicou a razão de ter pedido esclarecimentos e encaminhou a votação pela manutenção do Veto. Após votação, o Veto parcial ao Projeto de Lei n. 915/13 foi mantido, contra o voto do vereador Carlos Muniz e com as abstenções dos vereadores Aladilce Souza e Hilton Coelho. Pela ordem, o vereador Geraldo Júnior comunicou à Mesa e ao líder de Governo, vereador Joceval Rodrigues, que o vereador J. Carlos Filho passaria a ser vice-líder do partido Solidariedade. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza disse haver estado na audiência pública sobre o PDDU, de onde colheu material, que disponibilizou aos demais edis, sobre o pleito de moradores da região do Vale Encantado, os quais pedem a manutenção, pela Prefeitura, da delimitação de área de preservação da mata atlântica. Em seguida, em apreciação o Projeto de Lei n. 295/15 (sobre o PPI), o vereador Claudio Tinoco procedeu a Parecer pela Comissão de Finanças, explicando terem sido apresentadas duas Emendas da vereadora Aladilce Souza e estarem para ingressar mais uma Emenda do vereador Sílvio Humberto e outra do vereador Edvaldo Brito, e concluindo favoravelmente ao Projeto. Em votação pela Comissão, o vereador Sílvio Humberto explicou que sua Emenda visava a favorecer os pequenos comerciantes. O Parecer foi aprovado pela Comissão de Finanças e o Projeto foi aprovado em 2ª discussão. Em 3ª discussão, foi dado Parecer conjunto da CCJ e Comissão de Finanças sobre as quatro Emendas, o qual foi favorável. Em votação o Parecer, a vereadora Aladilce Souza explicou que suas Emendas visavam a contribuir para que o cidadão se mantivesse adimplente e destacou isso como sinal de que pratica uma oposição que não é estreita. Aprovados o Parecer e as Emendas, o Projeto de Lei n. 295/15 foi discutido, votado e aprovado até a Redação Final. Em apreciação, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município n. 6/15 foi discutido, votado e aprovado, em 2º turno. Em seguida, foi anunciada a votação da urgência urgentíssima ao Projeto de Resolução n. 53/15. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha disse que já deixou de ter proposição de honraria votada em função de acordo, e que via, agora, o contrário acontecer, razão pela qual cobraria o mesmo para si. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho disse compreender o vereador Orlando Palhinha e explicou se tratar de situação especial, envolvendo um evento internacional no qual personalidades notáveis seriam homenageadas – havendo ele, por esse motivo, encaminhado pedido semelhante –, e pediu sensibilidade para a aprovação das urgências. Em seguida, foi votada e aprovada a urgência para o Projeto de Resolução n. 53/15. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza informou haver dois Requerimentos seus que desejava ver apreciados. Em apreciação o Projeto de Resolução n. 53/15, o vereador Claudio Tinoco, pela Comissão de Finanças, deu Parecer favorável, sendo acompanhado pelos demais membros da Comissão, tendo o referido Projeto, na sequência, sido discutido, votado e aprovado. Em seguida, o Senhor presidente informou não haver acordo para a votação do que fora solicitado pelo vereador Hilton Coelho. Encerrada a Ordem do Dia e retomado o **Pinga-Fogo**, ocupou a Tribuna o vereador Arnando Lessa, que parabenizou a Casa pelas votações. Em seguida, comentou sobre o requerimento feito à secretária Rosemma Maluf para que fosse informado o valor da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) e do gasto no setor entre 2013 e 2015. Disse não ter tido resposta até o momento e estar disposto a realizar o debate a esse respeito. Afirmou não ter nada contra a secretária, inclusive desejando que ela continue com o trabalho que vem realizando junto aos ambulantes, mas que ela tem deixado a desejar na questão da iluminação pública. Pediu que a secretária tivesse cuidado com o assessor que a vem levando a ter entendimentos equivocados, e disse que, na semana seguinte, iria pontuar todas as ações realizadas no período de 1 ano e 8 meses em que esteve à frente da secretaria. Contou que, nesse período, aumentou o número de pontos de luz na cidade de 90 mil para 135 mil, comparando-os aos números da atual gestão e afirmando que, até o momento, só foram colocados mais 35 mil pontos. Considerou que esse número demonstra qual é a prioridade da iluminação pública atualmente, apesar da arrecadação e da bitributação que considera haver, uma vez que quem paga a conta de luz com atraso, também é multado na cobrança da Cosip. Disse estar aguardando parecer jurídico sobre essa questão, que julga ilegal, já que a Cosip é uma contribuição federal. Por fim, reforçou estar disposto a debater as duas gestões quando a secretária desejar, e voltou a parabeniza-la pelo trabalho com os ambulantes. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho protestou contra a negativa em conceder a honraria ao senhor Manuel Rui, criador do Hino de Angola, que estará em Salvador participando de um Simpósio. Em seguida, registrou a presença dos agentes de saúde na Galeria, que ainda não tiveram situação resolvida, e criticou que alguns desses trabalhadores tivessem recebido contracheque com valor zero. O Senhor presidente Kiki Bispo explicou ao vereador Hilton Coelho que não houve negativa em conceder a honraria, pois o Projeto não foi votado por não ter havido acordo. O vereador Léo Prates disse que os agentes de saúde seriam atendidos. Em seguida, apelou ao Governo do Estado para que tratasse da grande cratera aberta no Lobato em decorrência de três explosões realizadas em obra estadual, sugerindo que o governador fosse até o local ver a gravidade do problema e os prejuízos causados a várias famílias. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago lamentou que, após uma votação que contou com esforço da Oposição, ela se visse atingida pelas palavras do orador. Foi solicitada verificação de *quorum*, mas, havendo número legal, a Sessão prosseguiu. Continuando, o vereador Léo Prates considerou haver, em parte da Oposição, autoritarismo e tentativa de cerceamento da livre expressão, da qual ele se utilizava para tratar de pessoas humildes que se viam prejudicadas, e afirmou que sua voz não se calaria. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues disse que o vereador Léo Prates deixava sua marca mais uma vez e se associou ao seu discurso. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa disse que o Governo do Estado estava tomando providências e que a obra em questão não era da Conder, e pediu que a Prefeitura também olhasse para buraco que havia sido aberto no IAPI. Novamente, foi solicitada verificação de *quorum*, mas havendo número legal, a Sessão prosseguiu. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago lembrou que havia sido realizado acordo para esta Sessão, em nome do qual ele abriu mão de obstrução inicialmente anunciada. Mais uma vez, foi solicitada verificação de *quorum*. Desta vez, verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Henrique Carballal e Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: **Licença Especial para Gozo Oportuno**

Cadastro	Servidor	Nº Processo	QUINQUÊNIO
3.240	Antonio Aleixo dos Santos	01907/2015	3º,4º,5º e 6º

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidor	Nº Processo	QUINQUÊNIO	Período
3.362	Almiro Cruz Pimentel	00622/2015	4º	01/11/15 a 30/11/15 (30 dias)

ASSUNTO: **Abono de Permanência**

Cadastro	Servidora	Nº Processo
2.040	Amalia Maria Azevedo Pereira	00940/2015

PROCESSO INDEFERIDO

ASSUNTO: **Solicitação de Cancelamento**

Cadastro	Servidora	Nº Processo
2.181	Ronilda Trindade de Assis	01816/2015

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

Vereadores debatem minuta do PDDU na Câmara Municipal

Arnando Lessa e Gilmar Santiago fazem reunião com arquitetos e urbanistas

Como forma de antecipar a discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, os vereadores Gilmar Santiago e Arnando Lessa, ambos do (PT), por meio da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara, debateram com arquitetos e urbanistas uma minuta do projeto do Executivo. A reunião aconteceu no auditório do anexo Bahia Center, na manhã desta segunda-feira (19).

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadores ouviram arquitetos e urbanistas em reunião no anexo da Câmara

O presidente da Comissão de Planejamento, vereador Arnando Lessa, esclareceu o objetivo da reunião. "Queremos ouvir dos técnicos as críticas e as observações pertinentes do que estar sendo proposto no PDDU. Assim, quando a matéria chegar à Casa, já teremos uma noção do que deve ser debatido", explicou. Disse ainda que "é preciso inserir a população nesse debate, principalmente para saber o que é o PDDU, a Louos e o Plano Estratégico".

Com um olhar técnico, o arquiteto e urbanista Tiago Brasileiro pontuou falhas no projeto. "O Plano Diretor está muito genérico, não permitindo de fato que acompanhemos as intervenções e as melhorias na cidade", analisou. No seu entendimento, o PDDU precisa de maiores detalhes.

"Faltam informações sobre o zoneamento dos bairros e das Zonas de Especial Interesse Social (Zeis). Não existem estratégias para implantação desses processos", pontuou Tiago. O arquiteto acredita ainda que a discussão da Louos deve ser feita logo após o PDDU. "Tudo tem que ser feito de forma participativa, não podemos discutir uma área sem a população que mora ali. Dessa forma levamos informações relevantes de uma matéria para outra", explicou.

Na reunião, os vereadores receberam também o coordenador técnico do Participa Salvador, arquiteto e urbanista Carl Von Hauenschild, e o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil/Bahia (IAB-BA), Daniel Colina.

De acordo com o vereador Arnando Lessa, a Comissão de Planejamento elaborará um calendário de audiências públicas para debater com mais detalhamento o PDDU e a Louos.

Exploração comercial de atividade física em área pública volta ao debate

Vereadora Kátia Alves aprimora projeto de lei de sua autoria

A vereadora Kátia Alves (DEM) volta a se reunir com representantes de entidades esportivas para debater a regulamentação da exploração comercial de atividade física em área pública. A nova discussão acontece nesta terça-feira (20), às 9h30, no auditório do Edifício Bahia Center, anexo da Câmara Municipal.

No encontro, a vereadora Kátia Alves apresentará o projeto de lei reformulado, elaborado a partir das sugestões dos profissionais de Educação Física que participaram dos encontros anteriores.

Na última audiência pública, lembra a vereadora, a matéria foi aprimorada com sugestões do Sindicato dos Profissionais de Educação Física da Bahia, do Conselho Regional de Educação Física e profissionais autônomos da área.



Vereadora Kátia Alves